

APRESENTAÇÃO

Ana Raquel Rosas Torres
Marcus Eugênio Oliveira Lima
Elza Maria Techio
Leoncio Camino

Os historiadores costumam afirmar que a única maneira de entendermos o presente e planejarmos o futuro é conhecendo o passado. No entanto, conhecer o passado não é uma tarefa fácil, principalmente quando falamos da Psicologia e, em especial, da Psicologia Social. Entre as dificuldades envolvidas nessa tarefa podemos citar, por exemplo, aquelas ligadas à sua fundação. Dependendo da perspectiva adotada, ela pode ser atribuída a Émile Durkheim, a Wilhem Wundt, a Floyd Allport, a William McDougall, a Edward Ross, só para citar as possibilidades mais conhecidas dos psicólogos. E, embora todos tenham falado da Psicologia Social, cada um falou à sua maneira. Um olhar mais apurado a respeito desse aspecto indicará que no seu cerne está a problemática do tipo de explicação mais adequada ao comportamento humano. De forma resumida, podemos dizer que esse debate tem tomado a forma de dualismos, como, por exemplo, subjetividade-objetividade, natureza-cultura, explicação-compreensão etc. Nesse debate, escolher um dos polos significa, necessariamente, negar a relevância ou poder heurístico do outro.

É verdade que as origens dessa visão dicotômica da psicologia social são muito remotas, podendo chegar até Platão e Aristóteles, e suas visões conflitantes a respeito do homem. Na contemporaneidade, essas visões correspondem aos questionamentos acerca das relações entre o público e o privado, entre o social e o individual. A adoção de uma dessas posições conduz a explicações mais centradas no meio social ou mais

centradas nos indivíduos. No entanto, como refere Willem Doise (1982), não é necessário assumir uma posição ou escolha nesse campo dilemático. Mesmo porque, assumir uma posição nessas dicotomias implica, de algum modo, na sua validação. O campo específico da psicologia social é o campo da articulação de níveis de análise, desde o neurológico até o intersocietal (Doise & Valentim, 2015).

No Brasil, esse debate se revestiu de um caráter profundamente relacionado com tomadas de posições políticas. O que produziu uma psicologia social crítica, comprometida com as lutas sociais, mas, ao mesmo tempo, maniqueísta e dicotomizada, sobretudo no que se refere aos aportes metodológicos. A esse respeito, vale lembrar que a psicologia social começa a se desenvolver aqui por volta dos anos de 1960, época das ditaduras militares latino-americanas. Junte-se a esse momento político o fato que, nas suas origens, a psicologia social latino-americana sofreu uma grande influência dos psicólogos norte-americanos. É nesse contexto que começa a surgir, no continente sul-americano, a proposta de uma psicologia social fortemente engajada com as mudanças sociais, que seriam resultantes do empoderamento das minorias sociais (ver Camino, 2005).

As críticas feitas por esse movimento à psicologia social estadunidense podem ser resumidas na adoção do individualismo metodológico e na pouca relevância social dos temas estudados. Por outro lado, os psicólogos latino-americanos começaram a ter contato com as ideias de Leontiev, Luria e Vygotsky, cuja visão metateórica se baseava no materialismo histórico-dialético. Passados sessenta anos, podemos dizer que esse debate ainda está presente na psicologia social brasileira. Ele, na atualidade, se reveste de novos discursos, centrados em duas concepções metateóricas de psicologia social, uma mais psicológica e outra mais sociológica.

A primeira dessas concepções tem como ponto de partida o lugar central ocupado pelo indivíduo e seus processos intrapsíquicos para a explicação dos fenômenos sociais. Essa concepção, denominada de psicologia social psicológica, de alguma forma, toma a psicologia social como um ramo da psicologia geral. A segunda, denominada psicologia social sociológica, tem suas origens no pensamento psicossocial presente na microssociologia, e preconiza como objeto de estudo da psicologia social o “social”. Dito em outros termos, na primeira, o social seria um adjetivo, ao passo que, na segunda, o social seria o próprio substantivo do fazer psicológico. Trata-se, novamente, de uma dicotomização simplificadora, pois as diferenças entre as duas visões de psicologia social engendram muitos outros aspectos, principalmente aqueles relacionados aos aspectos metodológicos.

No Brasil esse debate se reveste de algumas características bastante peculiares. Temos, por exemplo, uma psicologia social fortemente engajada com os movimentos sociais, o que, por um lado, a aproxima de uma psicologia social sociológica. Entretanto, essa mesma psicologia privilegia os aspectos da psique individual na explicação dos fenômenos sociais, o que a coloca muito mais próxima de uma psicologia social psicológica.

Além disso, o debate/embate entre as duas perspectivas de psicologia social no Brasil se centrou noutra dicotomia simplista, opondo métodos e procedimentos quantitativos aos qualitativos. Nessa visão, uma psicologia social realmente engajada só faria uso dos últimos, uma vez que estes não implicam um “assujeitamento” dos atores sociais, dos discursos e narrativas que os constituem, aos moldes, formações ou escalonamentos que essencializam, naturalizam e mesmo legitimam as construções sociais. No outro extremo, mas ainda no campo da metodolatria, estariam aqueles que defendem a quantificação e consideram as pesquisas qualitativas como frouxas metodologicamente e sem validade interna.

Com o interesse de superação dessa dicotomia engessadora da psicologia social no Brasil, propusemos, no encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP) de 2006, a formação de um grupo de trabalho que aglutinava psicólogos sociais de diversas tradições teórico-metodológicas. A ideia desse grupo começou a tomar forma ainda em 2004, com a publicação do livro *Estereótipos, preconceitos e discriminação: perspectivas teóricas e metodológicas*, organizado por Marcus Eugênio O. Lima e Marcos Emanuel Pereira, no qual a maioria dos membros teve um capítulo publicado. No ano seguinte, 2005, foi publicado o livro *A psicologia política na perspectiva psicossociológica: o estudo das atividades políticas*, organizado por Ana Raquel R. Torres, Marcus Eugênio O. Lima e Joseli Bastos da Costa, em que diversos membros do grupo tiveram um capítulo publicado. Tomados em conjunto, essas duas obras demonstram a importância da diversidade teórico-metodológica para a psicologia social.

Foi assim que surgiu o projeto de um livro texto que pudesse integrar ou tensionar diversas abordagens possíveis em psicologia social, considerando tanto as contribuições da psicologia social psicológica quanto as da psicologia social sociológica, e acrescentando a essas duas vertentes a necessária interface com as outras ciências sociais e o panorama de pesquisa de cada um dos temas abordados no contexto da realidade brasileira. O compromisso firmado entre cada um dos participantes do GT da ANPEPP “A Psicologia Social e sua complexidade teórico-metodológica: Abordagens integrativas” foi o de construir um Manual de Psicologia Social que fosse capaz de traçar um panorama teórico e metodológico daquilo que se tem produzido em nível nacional e internacional sobre temas fundamentais da área psicossocial e, ao mesmo tempo, contextualizar cada tópico abordado na realidade brasileira. Consideramos que o manual que ora apresentamos cumpre suficientemente bem essa missão.

Em 2011 foi publicada a primeira edição do livro estruturada em dez capítulos, que apresentavam as principais teorias sobre a construção social da realidade e eram discutidos e empiricamente ilustrados os principais temas da psicologia social. Em 2013 foi publicada uma edição revisada e ampliada, na qual foi acrescentado um capítulo sobre métodos de investigação em psicologia social e um sobre valores sociais. Nessas duas edições manteve-se o espírito do Grupo de Trabalho da ANPEPP, qual seja, a produção de uma psicologia social que não prescinde da psicologia, mas que não se limita a ela, pois integra as contribuições das ciências sociais, como sugerido por Celso Sá (2013). Em ambas, a Psicologia Social é concebida como uma área de conhecimento que articula a paixão pela pesquisa com a preocupação com a mudança da

realidade social de opressão das minorias (Vala & Monteiro, 1996). Essas duas preocupações, a de uma psicologia social integradora dos diversos níveis de análise e cientificamente orientada para a mudança social, também anima a atual edição do Manual que ora se apresenta.

A presente edição do livro está estruturada em três partes com um total de 13 capítulos. A primeira parte, denominada “O campo da psicologia”, é formada por dois capítulos. O Capítulo 1, “Origens e desenvolvimento”, de Leoncio Camino e Ana Raquel Rosas Torres, analisa as origens históricas do pensamento psicossocial e o surgimento da psicologia social. Inicialmente, é feito o resgate histórico das ideias subjacentes aos questionamentos sobre as relações indivíduo-sociedade para, em seguida, relacioná-las com o desenvolvimento das diversas teorias e perspectivas que vão estudá-las, ao longo do século XX, a partir da psicologia social. O capítulo finaliza apresentando os percursos atuais desse campo de investigação, demonstrando a importância da articulação de diversos níveis de análise para a compreensão dos fenômenos complexos da sociedade atual.

O Capítulo 2, “Pesquisa em Psicologia Social”, de Cícero Roberto Pereira, Denis Sindic e Leoncio Camino, discute aspectos centrais da metodologia da pesquisa em psicologia social. Analisa também diferentes posturas epistemológicas que orientam essa pesquisa, destacando o seu papel em uma das principais facetas da Psicologia Social: a sua vertente multimetodológica. Para os autores a atividade dos psicólogos sociais envolve múltiplos caminhos, através dos quais encontram respostas e formulam novas questões para as suas inquietações em relação aos fenômenos psicossociais. O objetivo do capítulo é esclarecer possíveis caminhos, de maneira que o leitor possa ter uma visão abrangente das orientações epistemológicas que servem de base ao seu trabalho. O capítulo está dividido em quatro seções. Primeiro são analisados os pressupostos epistêmicos que fundamentam a pesquisa científica. Em seguida, é discutida a natureza dos problemas de pesquisa, sugerindo a possibilidade de organizá-los em uma tipologia consoante às características das questões de investigação. Depois são apresentados alguns dos métodos de pesquisa usados na maioria dos estudos conduzidos na psicologia social. O capítulo finaliza com algumas considerações sobre o lugar ocupado pela psicologia social no debate sobre a natureza da ciência e de seus métodos de pesquisa.

A Parte 2 é formada por sete capítulos que, a partir de diferentes aproximações, discutem a construção social da realidade.

O Capítulo 3, “Cognição Social”, de Marcos Emanuel Pereira e Gilcimar Souza Dantas, apresenta noções fundamentais da cognição social. Na primeira parte são discutidas as relações entre a cognição social e a psicologia cognitiva, com ênfase na definição e caracterização teórico-metodológica da área. A segunda parte é dedicada à discussão do processo de categorização social, discute-se, em particular, as teorias clássicas dos protótipos e dos exemplares, bem como a teoria essencialista da categorização. As diferentes concepções acerca do agente cognitivo, em especial a diferenciação entre a imagem de ser humano cognitivamente avaro ou taticamente motivado, são discutidas, bem como as implicações desta diferenciação no que concerne

à explicação e compreensão das condutas humanas. Por fim, são avaliadas as consequências e impactos da abordagem da cognição social no desenvolvimento da psicologia social.

O Capítulo 4, “Atitudes”, de Tiago Jessé Souza de Lima, Luana Elayne Cunha de Souza e João Gabriel Modesto, tem como objetivo apresentar o campo de estudos sobre atitudes dentro da Psicologia Social. Os autores trazem um panorama histórico de como esse conceito tem sido estudado na Psicologia Social, apresentando uma discussão conceitual, explicando sua estrutura, seus principais atributos e, finalmente, como esse conceito se relaciona com outros conceitos importantes dentro da área. Na segunda seção, são considerados os principais modelos teóricos que analisam, a partir de perspectivas diferentes, como as atitudes se formam. Na terceira seção, são discutidas as funções das atitudes na nossa vida social, desde suas funções motivacionais até o papel das atitudes enquanto guia do nosso comportamento. Na quarta seção, os autores apresentam como as atitudes podem ser mensuradas. Finalmente, na quinta seção, os autores aprofundam um importante tópico dentro desse campo, que é a mudança de atitudes.

O Capítulo 5, “Emoções”, de Elza Maria Techio, Sonia Maria Guedes Gondim, Jonatan Santana Batista e Beatriz Hessel, tem como objetivo caracterizar as emoções sociais, morais, grupais e coletivas, analisando suas relações com as atitudes e os comportamentos sociais. O mesmo se inicia descrevendo as emoções como um fenômeno relevante para a compreensão do comportamento social. Diferencia-se emoções básicas (primárias) das secundárias, ou emoções sociais, morais, grupais e coletivas. Em seguida, são esclarecidas as aproximações e distinções entre emoções morais e sociais para, enfim, abordar as emoções grupais, ressaltando suas relações com a teoria das emoções intergrupais. Na última seção, são destacadas as emoções intergrupais e as emoções coletivas relacionando-as com diversas manifestações atitudinais (positivas e negativas) e comportamentais (discriminação, sociabilidade, conflito etc.).

No Capítulo 6, “Valores”, de José Luis Álvaro Estramiana, Cícero Roberto Pereira, Miryan Rodriguez Monter e Anna Zlobina, é discutido o lugar de destaque desse construto no conjunto dos conceitos psicossociais centrais para a compreensão dos fenômenos de interesse das ciências sociais. Para os autores, tal relevância está relacionada tanto com o desenvolvimento de métodos de medida dos sistemas de valores, quanto com a teorização recente que tem identificado nos valores, os quais explicam o comportamento dos indivíduos, as ações dos atores sociais e o rumo que as sociedades seguem no transcorrer da história. Nesse capítulo, são apresentadas as principais linhas de investigação sobre os valores sociais, nas quais é destacado o dissenso nas concepções sobre a natureza e origem dos valores que propõem, as teorias ou modelos sobre como os valores se organizam entre si, assim como os estudos sobre o papel dos valores nas atitudes e comportamentos sociais.

O Capítulo 7, “Influência Social”, de Raimundo Gouveia, aborda os principais estudos sobre este tema. Iniciando com os trabalhos de Muzafer Sherif, que criaram as bases empíricas para o tema, ao investigar a formação das normas sociais e demonstrar que a aceitação de padrões sociais de comportamento não representa necessariamente

mente um ato de submissão. Em seguida, são discutidas as ideias de Solomon Asch, evidenciando que, dispondo de informações suficientes, as pessoas não se deixam influenciar pela pressão grupal contrária a suas percepções, mas, para evitar conflitos, muitas aderem a posicionamentos que contrariam as evidências. Por outro lado, os estudos de Stanley Milgram constataram que uma maioria de participantes era capaz de obedecer às determinações de uma autoridade, em detrimento da integridade física de outras pessoas. Finalizando, são apresentadas as investigações de Serge Moscovici sobre a inovação social. Ele, inspirado nos paradigmas anteriores, demonstrou que uma minoria social consistente pode exercer certa influência sobre os julgamentos de uma maioria e que esse tipo de influência minoritária pode alcançar o nível perceptivo dos sujeitos, o que denominou de conversão.

No Capítulo 8, sobre a Teoria das Representações Sociais, Yuri Sá Oliveira Sousa e Antônio Marcos Chaves, oferecem uma introdução à perspectiva teórica das representações sociais. Proposta inicialmente pelo psicólogo social Serge Moscovici (1925-2014), essa abordagem se consolidou como uma forma de compreender fenômenos de construção, organização e transformação do conhecimento social de maneira articulada às dinâmicas simbólicas e interacionais que produzem formas específicas de representar a realidade. Inicialmente, o texto discute os fundamentos históricos e epistemológicos da Teoria das Representações Sociais (TRS) no campo da psicologia social, caracterizando-a como uma abordagem psicossocial, eminentemente dialógica, que busca na integração de dimensões psicológicas, interindividuais, posicionais e ideológicas os fundamentos para a análise do pensamento social. Em seguida, são apresentados alguns pontos de discussão que servem para compreender a teoria, o conceito e o fenômeno das representações sociais. Espera-se, com isso, contemplar as funções do saber social nessa abordagem, seus processos de construção, características, estrutura e dimensões de análise. Por fim, o capítulo apresenta um breve panorama sobre o uso da TRS no contexto brasileiro e discute os desdobramentos e as características dessa abordagem na literatura psicossocial do país.

Finalizando a Parte 2 deste livro, temos o Capítulo 9 sobre a Psicologia Social Discursiva, escrito por Pedro de Oliveira Filho, que apresenta os principais conceitos e possibilidades analíticas da psicologia social discursiva, enquanto perspectiva teórico-metodológica construcionista em psicologia social. O capítulo apresenta os conceitos de discurso e análise de discurso, ressaltando o modo particular como esses conceitos são definidos pelos psicólogos sociais discursivos. Aborda os conceitos centrais da psicologia social discursiva quando se trata de realizar a prática analítica, os conceitos de ação, construção, retórica e variabilidade, com exemplos do uso desses conceitos na prática analítica. O autor discorre ainda sobre o olhar inovador dos psicólogos sociais discursivos para temas tradicionais da psicologia e da psicologia social: atitudes, preconceito, mente, eu e identidade, argumentando que a compreensão desses fenômenos tende a ficar mais complexa se, como querem os psicólogos sociais discursivos, eles forem definidos, também, como fenômenos retóricos e públicos. Por fim, o capítulo discute criticamente alguns conceitos e perspectivas teóricas que guiam epistemologicamente as investigações dos psicólogos sociais discursivos, com especial atenção ao debate em torno do relativismo epistemológico.

A Parte 3 deste trata das relações sociais e dos processos grupais. Ela é formada por três capítulos.

O Capítulo 10, “Grupos sociais, relações intergrupais e identidade social”, de Ana Raquel Rosas Torres, Khalil da Costa Silva e Leoncio Camino, tem como objetivo apresentar o papel que o grupo possui na Psicologia Social para a análise dos fenômenos sociais. Analisa-se o percurso histórico do desenvolvimento do conceito de grupo, destacando-se sua conflitiva incorporação como objeto de estudo tanto por parte da Psicologia, como por parte da Sociologia. Ressalta-se a contribuição de Kurt Lewin para o estudo dos grupos. O texto traz uma discussão conceitual dos grupos, junto com uma análise dos impactos psicológicos e sociais dos pertencimentos a grupos, a exemplo da diferenciação e da identidade social. São abordadas teorias de base psicodinâmica e a teoria do conflito de Muzafer Sherif, que atribui às relações de conflito a origem dos processos de diferenciação grupal. Por fim, enfatiza-se o aporte da Teoria da Identidade Social de Henri Tajfel sobre o processo de diferenciação grupal. O capítulo conclui afirmando que o conceito de grupo é fundamental para a constituição de uma abordagem psicossocial em que comportamentos e atitudes dos indivíduos são compreendidos como elementos indissociáveis das relações de poder existentes na sociedade num dado momento histórico.

Em seguida, no Capítulo 11, “A socialização”, Dalila Xavier de França fornece pressupostos teóricos para a compreensão do fenômeno da socialização, dando ênfase à socialização das atitudes dirigidas a outros grupos sociais, particularmente como estes processos ocorrem na infância. Inicialmente, é apresentada uma análise conceitual do construto socialização, destacando sua concepção no âmbito da psicologia e sociologia. Em seguida, são discutidos aspectos históricos que subsidiaram a origem de modelos de socialização, focando-se no desenvolvimento do pensamento sobre a criança, a história da criança no Brasil, e os modelos de socialização infantil. Finalmente, são analisados os contextos de socialização na família, na escola, nas relações com pares e nas mídias sociais, concluindo com o exame de uma forma de socialização específica, que consiste na influência dos valores, das crenças e das práticas educativas na formação de preconceitos e racismo nas crianças.

No Capítulo 12, “Preconceito”, escrito por Marcus Eugênio Oliveira Lima, são analisadas as definições e formas de abordagem do preconceito, considerando, que, por se tratar de uma atitude, os preconceitos possuem componentes cognitivos, afetivos e comportamentais. São discutidas explicações sobre como os preconceitos são formados e como podem ser combatidos. Várias teorias psicossociais são trazidas para demonstrar que o preconceito é fenômeno complexo e multicausal; de forma que suas formas de controle social e combate necessitam integrar planos explicativos, desde os mais intraindividuais aos ideológicos e culturais. O autor traz ainda estudos da psicologia social sobre preconceitos no Brasil. No tópico final são apresentados dados de uma metanálise sobre como superar o preconceito.

Finalizando esta parte do Manual, o Capítulo 13, “Gênero”, de autoria de Luiza Lins Araújo Costa, Hyalle Abreu Viana e Iara Maribondo Albuquerque, discute as relações entre os conceitos de gênero, sexismo e discriminação, analisando sua im-

portância e centralidade para a compreensão da realidade social. Inicialmente, são abordados a construção social do gênero, enquanto um conceito que historicamente serviu para explicar e manter desigualdades entre as pessoas. São apresentadas discussões sobre os estereótipos, papéis de gênero, bem como sobre a importância de pensar a masculinidade também como parte das discussões sobre gênero. Na sequência, o texto é estruturado em três seções que visam desenvolver as discussões sob diferentes perspectivas. Na primeira delas, são debatidas variáveis psicossociais subjacentes à manutenção da discriminação contra a mulher em diferentes contextos. Na segunda, são destacadas as diversas faces do sexismo. Por fim, na terceira seção, são abordadas a questão da paridade de gênero e a maior representação política de mulheres enquanto uma meta estratégica frente ao objetivo de combater o sexismo e a discriminação de gênero na sociedade.

Novembro de 2022